

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E REDES SOCIAIS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INTERCULTURALⁱ

Mirna Juliana Santos Fonsecaⁱⁱ

Sandra Marcelinoⁱⁱⁱ

Carla Silva Machado^{iv}

Keite Silva de Melo^v

Resumo: O artigo relaciona práticas pedagógicas voltadas para uma proposta intercultural, tendo as redes sociais como suporte, para tratar de questões étnico-raciais na educação. Entende-se que essa relação não está dada, pois há poucos estudos envolvendo educação intercultural e mídias digitais. Assim, busca-se estabelecer essas relações, dentro da perspectiva do trabalho pedagógico intercultural. A educação formal não pode ignorar as questões sociais do nosso tempo e as diferentes identidades que o constituem. Para tanto, este artigo analisa alguns *posts* do Facebook que tratam de relações étnico-raciais, buscando a ampliação do debate sobre interculturalidade na educação, concluindo o texto com algumas proposições voltadas à prática docente.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Redes sociais. Educação intercultural.

ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND SOCIAL NETWORKS: CHALLENGES FOR INTERCULTURAL EDUCATION

Abstract: The present article handles pedagogical practices aimed at an intercultural approach, having social media as a support, in order to discuss ethnic-racial matters in education. We understand that such connection is not given, due to the sparse studies involving intercultural education and digital media. Therefore, we seek to establish such connections, from the perspective of an intercultural pedagogical work. Formal education may no longer ignore the social matters of our time and the range of identities that integrate it. Thus, we analyze, in this article, a few Facebook posts which deal with ethnic-racial relations, seeking to broaden the debate regarding intercultural aspects in education, concluding the text with a few proposals targeting teaching practice.

Keywords: Ethnic-racial relations. Social media. Intercultural education.

Introdução

Na atualidade, muito se tem discutido acerca da influência das redes sociais na polarização de opiniões e no extremismo de algumas ideias disseminadas na sociedade. A

rapidez com que ideias, textos e informações são divulgados e o alcance cada vez maior desses espaços para propagação de informações e chamamento para o debate tem seu lado propositivo, pois garante maior possibilidade de discussão, mas por outro lado, acirra os ânimos e instiga a competição ancorada no senso comum, baseada em “essa é a minha opinião”. Por isso, tem aumentado a visibilidade de pessoas com posicionamentos de ódio, preconceito e intolerância nas redes sociais. Segundo Pesce e Bruno (2015, p. 352), as redes sociais tanto podem otimizar a alienação, quanto potencializar a mudança, sendo portanto, contraditórias e caracterizadas por essa dualidade:

De um lado, podem gerar relações sociais planejadas e aligeiradas, de modo a contribuir para a alienação e coisificação do homem. Mas podem, em contrapartida, carregar uma potência para inaugurar um movimento de contraposição ao *status quo*, na medida em que podem ir à contramão das forças hegemônicas, quando se voltam a formas diferenciadas e inovadoras de participação e de manifestação, de caráter político e ideológico.

As mídias sociais digitais não são neutras e não podemos cair no equívoco do deslumbramento ingênuo ou rejeição irrefletida. A reflexão em relação ao seu potencial, quando adotada com a intenção de mobilização política, precisa ser situada historicamente e superar o que Moretzsohn (2012) denunciou como “fetichização da internet”, que se ancora no excessivo otimismo quanto ao potencial das redes sociais para mobilização política, deslocando a necessidade de se enxergar além das aparências. Moretzsohn (2012) chama a atenção para uma tese bastante disseminada de que a internet seria livre e inclusiva, promovendo a igualdade, já que a todos pertenceria. Essa crença sem a devida crítica torna-se uma ilusão, já que há meios de controle, concentração e mesmo, proprietários, como no caso da rede social mais popular no Brasil, o Facebook.

Essa questão é essencial para refletirmos na educação, que é o campo que mais precisa transpor os discursos polarizados e algumas vezes ingênuos, tanto dos que possuem incutida a ideia do deslumbramento, quanto dos céticos, que rejeitam precipitadamente as tecnologias digitais e comunicação e informação (TDIC). Há que se compreender que o exercício do diálogo, a liberdade para autoria e ativismo via redes sociais não anulam e coexistem com a hierarquização, dominação, exploração e poder próprios de sociedades capitalistas. Esse

pressuposto precisa ser elucidado nas vias de formação dos sujeitos praticantes culturais dentro-fora das redes.

Reconhecendo a necessária crítica à simplificação da participação nas redes, vemos os sujeitos interagindo nas redes sociais e a eles é demandada a participação, potencializada pela mobilidade dos aparelhos sem fio e conexão à internet. A mobilidade vem garantindo maior participação em qualquer lugar e em todos os momentos. Essa acessibilidade pode ser vista como um avanço, mas também permite que publicações pouco refletidas alimentem o acirramento e polarização, próprios de julgamentos apressados e baseados na superficialidade. Segundo Melo (2016, p. 4-5), a:

[...] mobilidade (dispositivos móveis: celulares smartphones, *tablets*, etc.) está ampliando a permanência dos sujeitos no ciberespaço e esta hiperconexão não tem sido sinônimo de conhecimento construído, embora o acesso à informação e às interações, que auxiliam nessa construção, nunca estiveram tão empoderadas.

O polo emissor em processo de letramento digital, ao ter a liberação da palavra nas redes sociais e ao agir apressadamente para “participar” de uma discussão, não avalia o impacto com que sua mensagem pode ser recebida por outrem. Ao mesmo tempo em que esse acirramento pode ocorrer, muitos desses espaços propiciam maior visibilidade às diferenças e à diversidade, se contextualizadas pela perspectiva intercultural crítica. A educação intercultural via TDIC passa pela desnaturalização dos preconceitos, pelo rompimento da subjugação de um grupo social sobre o outro e pelo resgate de pautas que conciliem os diferentes, em igualdade de condições de manifestações fecundas no mundo físico e virtual.

Cogo e Machado (2010) reconhecem o risco de centralização e relações assimétricas nas redes, mesmo dentro de grupos e associações ativistas ou solidarísticas. Apesar disso, na pesquisa conduzida por essas autoras, quando buscam verificar o potencial das redes sociais *na construção e visibilidade dos processos de cidadania dos afro-brasileiros* (p. 4), apesar dos ataques racistas ainda recorrentes, percebem ser possível através da combinação entre diversos canais comunicacionais digitais, *dar visibilidade ao debate sobre as relações etnicorraciais^(sic) e compartilhar, de modo mais amplo, ações de cidadania com as populações afrodescendentes e mesmo com o restante da sociedade brasileira* (p. 10). Trata-se, portanto, de um meio onde representações mais plurais podem produzir e divulgar o seu conteúdo, como enfrentamento à

discriminação e desigualdade raciais. Nesse sentido, este artigo objetiva discutir como práticas pedagógicas voltadas para uma proposta intercultural podem ter nas redes sociais digitais, um suporte para tratar questões étnicas em sala de aula. A partir de práticas midiáticas que envolvem essas redes, entendendo ser possível levar para a educação formal, discussões relevantes sobre esses temas.

A relação entre mídias e educação intercultural não está dada, uma vez que não há estudos que tratem do diálogo entre relações étnico-raciais e mídias digitais, aliados à necessária abordagem propositiva para a práxis educativa. Portanto, levantamos essa discussão, destacando a importância que as redes sociais têm nesse processo entre as questões étnico-raciais dentro e fora da educação formal. Com a relação cada vez mais estreita de crianças e jovens com a tecnologia, é relevante destacar como fazer uso das mídias em sala de aula de forma crítica, voltando o olhar para uma proposta intercultural. A educação para os meios – como foi entendida na Declaração de Grünwald, em 1982, que tratou da interferência das mídias dentro da escola – pode levar em conta também a relação com o outro na construção de um mundo melhor.

A educação intercultural ganhou espaço nas discussões do campo da educação a partir da década de 1990 e envolve os processos identitários e culturais da comunidade escolar. Nesse sentido, não é possível pensar o processo de ensino-aprendizagem sem levar em conta os atores sociais e suas identidades. A perspectiva intercultural defende que a educação deve ser contextualizada e recontextualizada para atender aos diversos grupos presentes no ambiente escolar.

Considerando a contextualização da adoção das mídias na ótica da educação intercultural, trazemos alguns *posts* de redes sociais que podem ser exemplos de divulgação, promoção, questionamento, reivindicação e crítica a atitudes e posicionamentos a favor ou contra questões que tratam da diferença no mundo virtual, focando nas questões das relações étnico-raciais e educação. Por meio desses exemplos, apresentamos como é possível, a partir das redes sociais, construir uma cultura ativista e intercultural, evidenciando problemas ou conquistas que vêm sendo silenciados pela mídia de massa. Levando em conta as TDIC como um espaço em disputa e as redes sociais como presentes no cotidiano dos alunos, apresentamos *posts* para levantar um debate sobre como é possível falar sobre racismo dentro e a partir do que é publicado nas redes.

Vale destacar, ainda, que a prática de acesso às redes pelos docentes, como forma de pesquisa didática tem se tornado cada vez mais frequente, visto que é uma maneira de se atualizarem e se manterem mais próximos dos alunos.

Educação intercultural e redes sociais digitais

No Brasil, durante muitas décadas, alimentou-se a imagem de um lugar onde a diversidade era visível e a convivência entre grupos e raças/etnias distintas coabitavam harmoniosamente. Invisibilizadas pelo mito da democracia racial, as desigualdades resultantes do efeito perverso dessa falácia, reforçou o abismo entre as diferenças: primeiro entre raças/etnias – negros e brancos –, e depois entre demais marcadores, como: social, gênero, sexualidade, regionalidade, entre outras.

A escola como um lugar legitimado de cultura e *status* social destinado à classe hegemônica tinha como parâmetro os modelos de educação inspirados na Europa. A partir da democratização da educação, a escola deixou de atender a uma classe privilegiada e passou a receber um novo público. Nos dias de hoje, a escola continua sendo reconhecida como um caminho de ascensão social, principalmente no que diz respeito às classes populares.

Abramowicz et al (2011) analisam como os conceitos de diversidade e diferenças têm sido utilizados no debate contemporâneo da educação no Brasil. A autora apresenta que nas últimas décadas foi possível visibilizar um aumento de produções em periódicos, livros ou materiais paradidáticos, contribuindo para o que denomina “ascensão da diversidade”. Esse efeito traz à tona as discussões de distintas perspectivas teóricas que se ocupam dessa temática, reivindicadas por grupos sociais sem restringir-se ao relativismo cultural.

As terminologias “diferença” e “diversidade” são traduzidas muitas vezes como sinônimos. Em consequência disso, a igualdade presente nos discursos tende a escamotear as desigualdades. É imperioso dizer que as desigualdades sociais estão plenamente associadas às diferenças culturais, tendo em vista a colonialidade como projeto ideológico. Os recortes de gênero, raça/etnia, sexualidade implicam incisivamente nas culturas legitimadas, naquelas fortalecidas pela ascensão social, nos espaços de prestígios e identidades privilegiadas.

Conforme Silva (2000, p. 44-45), o termo diversidade deriva do movimento multiculturalista e está relacionado a uma política de *tolerância e respeito às diferentes culturas*. O autor prossegue em defesa do conceito diferença, *ênfatizando o processo social de produção da diferença e da identidade, em suas conexões, sobretudo, com relações de poder e autoridade*. Compreendemos, assim, que as identidades são categorizadas e socialmente construídas, revelando um campo de disputas que estão implicadas numa relação de poder, negociações e resistências. Nesse sentido, a interculturalidade crítica se apresenta como a possibilidade de um projeto dialógico, estratégico e político, buscando uma simetria diante das diferenças.

Em relação ao campo intercultural em nosso país, trazemos as contribuições de Fleuri (2003), que percebe haver uma conciliação dos processos identitários socioculturais, considerando o seu hibridismo, sem desconsiderar as suas complexidades. O autor destaca que as identidades não são estáveis, tampouco se reduzem a uma lógica binária (oposição “branco x negro”, “mulher x homem”, e outros). É preciso compreender que um mesmo sujeito possui mais de uma identidade social, podendo uma se sobressair em relação a outra, ainda que temporariamente, de acordo com o fenômeno que está sendo mobilizado/confrontado. Paradoxos, incompletudes e contradições são características da condição humana que impulsionam a busca por novas descobertas. Entendemos educação intercultural a partir da perspectiva crítica, que busca contribuir:

[...] para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o “outro”, construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural. Trata-se, na realidade, de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos. (FLEURI, 2003, p. 17).

Segundo Fleuri (2003, p. 22), o campo da intercultura é um campo de *debate entre as variadas concepções e propostas que enfrentam a questão da relação entre processos identitários socioculturais diferentes*. Como entende Fleuri (2003), nesse campo se articulam o reconhecimento das identidades de caráter étnico, de gênero, de geração, de diferenças físicas e mentais. A educação intercultural é a que busca se conectar às diversas identidades e compreender distintos contextos de identificação, como processos formativos. O autor reconhece que a escola contribuiu para a manutenção das relações desiguais, mas tem a chance

de se ressignificar e se assumir enquanto espaço legítimo de inauguração da educação intercultural. Nesse mesmo sentido, Candau (2011, p. 27) corrobora e aprofunda a perspectiva intercultural que deve nortear a educação:

A perspectiva intercultural quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

É a partir das perspectivas de Fleuri (2003) e Candau (2015), ou seja, da interculturalidade crítica, que propomos, neste artigo, estratégias para o desenvolvimento de atividades escolares envolvendo a mídia e algumas temáticas interculturais com foco nas relações étnico-raciais.

No cenário atual, dinâmico e complexo, em que as relações sociais estão coabitando espaços virtuais e presenciais, não é possível antecipar com exatidão, o alcance das mudanças nos padrões comportamentais, culturais e comunicacionais propagadas por meio das TDIC. A busca pelo preconizado por Santaella (2007 apud COUTO JUNIOR, 2013, p. 90): *todas as formas de cultura, desde a cultural oral até a cibercultura hoje coexistem, convivem e sincronizam-se na constituição de uma trama cultural hipercomplexa e híbrida*, é possível tanto no que tange às culturas analógica e digital, quanto na perspectiva da interculturalidade crítica. É nesse sentido que vislumbramos a possibilidade da educação intercultural se instaurar considerando as tecnologias digitais e o fenômeno das redes sociais.

Uma manifestação que vem se impondo nas redes e reconhecemos a sua importância, graças ao notável alcance ativista, é a *representação política dos não-eleitos* (GARCÊZ, 2013, p. 309), constituída por pessoas que atuam como porta-vozes de grupos oprimidos nas redes sociais, buscando dar visibilidade às suas lutas. Apesar disso, a educação intercultural que preconizamos é a que investe na emancipação e protagonismo comunicacional dos indivíduos que vivenciam situações de preconceito e discriminação, sem intermediários, ainda que bem intencionados.

Acreditamos que a educação intercultural crítica empodere os sujeitos, tanto para a autoria e compartilhamento de conteúdos que demarcam a sua identidade cultural, como os fundamente para moderação de comentários racistas, *sem cair na rede do discurso de ódio, apesar das provocações* (ANDRADE; PISCHETOLA, 2016, p. 1388). Trata-se de um empoderamento via educação, baseando-se na elucidação da diferença e tornando os sujeitos mais seguros para avançar na sua luta cotidiana, que inclui a urgente tolerância dentro-fora das redes sociais.

A adoção do ativismo político e proposições educacionais nas redes sociais pode acionar o fenômeno das múltiplas conexões simultâneas (MARTINO, 2015) para garantir maior alcance e visibilidade. Essas múltiplas conexões seriam os diversos contatos adicionados em dado perfil de rede social, mas que constituem relações pouco densas ou próprias de laços fracos. Silva e Melo (2017, p. 125) apontam que os laços fracos são pontes entre pessoas socialmente distantes, ou seja, “conhecidos e pessoas mais distantes, sem vínculos emocionais significativos.” Embora possuam um vínculo frágil, são o maior volume de contatos nos perfis de redes sociais. Contrapondo-se aos laços fracos que aumentariam o círculo de relacionamento, os laços fortes seriam reduzidos, porque consideram maior proximidade e intimidade, geralmente familiares e amigos mais próximos. Os laços fortes, portanto, teriam menor poder de alcance, divulgação e compartilhamento. Os laços fracos seriam os grandes responsáveis pela propagação das publicações. Segundo Martino (2015, p. 71), *por não estarem diretamente envolvidos no processo, sua percepção de novidades é maior e, portanto, a chance de lidarem com uma informação nova e a colocarem em circulação é maior*. Apesar desse vínculo inicial frágil e fluido, segundo Castells (2010, p. 445), são capazes de *gerar reciprocidade e apoio*. Também podem, de acordo com o nível de engajamento a ser constituído, inverter a intensidade do laço e combinar o contato também no ambiente físico. No caso das articulações de grupos que discutem as questões étnico-raciais e outros associativismos político-sociais, observar o viés dos laços fracos e intensificar a adoção das redes sociais para difundir sua perspectiva identitária tem sido uma importante estratégia de circulação de informações, antes limitadas a pequenos grupos.

Multiculturalismo, interculturalidade e questões étnico-raciais

O termo multiculturalismo é polissêmico e comporta diferentes abordagens que se estendem desde o conservador e crítico ao de resistência. Nosso posicionamento aqui é de coadunar com a concepção da interculturalidade crítica que segundo, Walsh (2009), é um projeto que envolve discursos, políticas e estratégias, problematizando as relações de poder, seu padrão de racialização e da diferença não somente estrutural, mas colonial que foi construída. O debate em torno das diferenças tem dividido opiniões e também uma movimentação social em prol do respeito e da tolerância. Assim como o multiculturalismo, a interculturalidade também apresenta diferentes vertentes, podendo ser funcional, ou seja, reconhece a diversidade cultural como eixo central, apontando o reconhecimento e inclusão dentro da sociedade, mas não problematiza os padrões de poder institucional e estrutural da desigualdade, nascendo daí a crítica decolonial. A interculturalidade crítica já parte do problema do poder, ela se constrói a partir das pessoas/grupos que sofreram uma subalternização e submissão histórica, tendo seu cerne na questão política, convidando os interlocutores para a ação, mudança de comportamento e leitura do mundo.

A fim de ilustrar essa discussão, aproximando-nos com o espaço-tempo real que nos desafia, o que teria em comum os fatos como o do jovem acusado de nove assassinatos por entrar em uma igreja na Carolina do Sul frequentada pela comunidade negra e a jovem cigana que foi deportada quando participava de uma excursão escolar na França? Ou o jovem Michael Brown, de 18 anos, morador de um bairro negro norte-americano e do pequeno Eduardo de 10 anos, baleado e morto na favela do Alemão, no Rio de Janeiro, ambos vítimas da ação policial? E o assassinato da menina Maria Eduarda, atingida por três tiros durante aula de educação física dentro de uma escola pública na cidade do Rio de Janeiro? O que está por trás de policiais dispararem 111 tiros em jovens negros de 16 a 21 anos? O que levam “anônimos” a arremessarem pedras e atingir uma criança trajada com vestes típicas de sua religião após sair de uma festa em um terreiro de candomblé? O que dizer do procedimento de uma escola ao barrar um aluno por usar guias de sua religião? Como entender os incontáveis números de mulheres, gays, lésbicas e travestis que são assassinados diariamente e que não entram nas estatísticas? O assassinato cruel da travesti Dandara, na periferia de Fortaleza, seria “apenas” mais um homicídio?

Esses são alguns dos inúmeros casos que chegam ao nosso conhecimento através das mídias. Ousaríamos responder os questionamentos acima com uma palavra: intolerância. A *intolerância é violenta e assassina* (ANDRADE, 2008) e vem assumindo um discurso perigoso através da lógica em defesa da “moral e dos bons costumes”, da pacificação, da desestabilidade social e econômica, “em nome de Deus” ou de uma raça ou sexualidade hegemônica. Em nome do *status quo*. Essas mensagens atravessam diferentes linguagens que vão desde o anonimato nas redes sociais, até enunciados políticos e escolares.

Não raro, toma-se conhecimento das reproduções de frases do tipo: “guias não fazem parte do uniforme escolar”, no entanto, o cordão com o crucifixo nunca foi questionado ou motivo de polêmicas. Outro exemplo comum é “eu até tenho amigos *gays*” ou “meu melhor amigo é negro”. Esta última frase é pronunciada usualmente e foi proferida como justificativa de uma postura não preconceituosa por uma torcedora do Grêmio, ao xingar o goleiro Aranha de “macaco”. Cabe aqui levantar uma questão importante: como promover uma cultura de respeito às diferenças e uma melhor convivência, de modo que os grupos “subalternizados”^{vi} não sejam submetidos à negação de sua cultura pelas culturas e ideologias dominantes?

Primeiramente, é importante ressaltar que o multiculturalismo, em algumas perspectivas, reserva suas ciladas no bojo da igualdade, da diversidade e da diferença, por exemplo. Nesta direção, o multiculturalismo pode congrega discursos de igualdade, de aceitação, no entanto, não ocorrendo o reconhecimento positivo das diferenças. No Brasil, apesar de mantermos uma imagem e um discurso de aceitação e boa convivência com grupos diferentes, sabemos que esse mito revela tensões, conflitos e desigualdades. A ideologia da democracia racial foi um mito sustentado durante muito tempo que conferiu lugares diferenciados para negros e brancos.

A tolerância é outro termo polêmico e compreendido popularmente como uma concessão, uma virtude e/ou benevolência de quem se encontra em posição de superioridade, difunde um pretexto de aceitação desde que o “outro” para fazer parte do mundo do “nós” reconheça nas proposições hegemônicas a alternativa de inclusão. Esse jogo sedutor de quem está dentro e quem está fora demarca o local de pertencimento, proteção, ascensão que em segundo plano, mascara a parede invisível, impedindo a travessia dos subalternizados para o outro lado.

Para Andrade (2009, p. 182), *o conceito de tolerância se coloca cada vez mais na pauta de discussão porque a intolerância com a diferença tem sido recorrente na história da humanidade*. De acordo com Augras (1997, p. 8), *quando se trata de tolerância é, na verdade, da intolerância que se trata*.

A nossa reflexão aqui não se encerra em uma ou outra concepção, mas elas se complementam. Não é a nossa intenção neste momento responder o limite ou o desafio de tolerar, no entanto, provocamos outros questionamentos como uma tentativa de refletir sobre os nossos próprios limites e possibilidades quando a diferença ameaça nossa zona de conforto e estabilidade.

Ao se tratar de relações afetivas, toleramos até certo ponto amizades com pessoas de outras raças/etnias, mas quando um(a) filho(a) anuncia que trouxe o(a) namorado(a) pra jantar e ele não está dentro dos padrões de raça/etnia que esperávamos, somos surpreendidos pela diferença que “ameaça” a fazer parte da família. E se alguns(as) de nossos(as) alunos(as) nos interpelarem diante da nossa filosofia cristã, sugerindo que ao invés de rezar o Pai-nosso no início da aula, seja cantado um ponto para Iansã? Toleraríamos que na nossa escola um aluno desejasse usar saias e trajes femininos, ao invés de responder a norma social estabelecida? Até que ponto aceitamos negros(as) em funções de mais prestígios, desde que suas vestimentas e estéticas sejam “compatíveis” com o cargo?

Quando saímos do campo individual e passamos para o coletivo nos é (ou não) transparente que ser diferente é normal, desde que a diferença se aproxime o máximo possível da igualdade padrão. É nesse campo de “ajustamento” em que grupos liberais privilegiados produzem acirradas tensões deslegitimando as agendas políticas dos movimentos que lutam por uma política da diferença. Essa bandeira que vem se levantando está baseada em propostas que buscam promover os grupos subalternizados às condições favoráveis promotoras de igualdade.

Convém lembrar também que as diferenças adentraram as escolas e as universidades e a pergunta que fica é: o que se tolera ou não nessas instituições de ensino? Quem são esses “diferentes” que ocupam os bancos escolares e com outros saberes? Como lidar com os conflitos e identidades diversas que se interseccionam? Como as diferenças e a diversidade são divulgadas e problematizadas nos meios de comunicação?

Racismo nas redes sociais e educação: mediações urgentes

Nos últimos anos, vimos várias notícias envolvendo situações de racismo com pessoas famosas ou anônimas nas redes sociais, como Facebook e Twitter. Podemos lembrar o caso da jornalista Maju, do jogador Aranha, as ofensas feitas a Preta Gil e a Ludmilla, por exemplo. Entre as pessoas anônimas há sempre comentários e “zoações” em torno do cabelo, do turbante ou de ordem religiosa.

O debate racial a partir das redes sociais alcançou mais notoriedade, pois a partir do advento com o “sorria, você está sendo filmado”, todos os comportamentos passaram a ser ora vigiados, ora observados e, através desse movimento, denunciados. Nesse limiar, as atitudes racistas que outrora caíam no esquecimento ou eram devidamente silenciadas, hoje estão mais visibilizadas. A repercussão dessas atitudes advindas da intolerância racial tem provocado uma mobilização dentro e fora das redes sociais.

Ao se tratar de redes sociais, esse é um lugar público em que também outros movimentos de minorias estão se firmando e mostrando as injustiças por que passam na luta por moradia, emprego, educação, legitimação de seu lugar social, entre outras. Trazemos a seguir alguns *posts* que mostram reivindicações contra o racismo que ocorre em todos os âmbitos da nossa sociedade, inclusive nas escolas. De acordo com Gomes (1995), a escola é uma instituição onde convivem conflitos e contradições, e a discriminação racial, existente no contexto social brasileiro, está também presente nas diversas relações do ambiente escolar. Já é considerável o número de estudos que apontam significativamente as marcas negativas que crianças, cujas identidades se inter cruzam: negras, pobres, sexo feminino, por exemplo, tornam-se alvo de práticas discriminatórias que afetam sua autoestima, seu autoconceito de forma a ver-se como inferiores às demais.



Figura 1 – Manifestações contra racismo na escola no Dia da Consciência Negra

Fonte: Facebook.^{vii}

Na semana em que se comemora o Dia da Consciência Negra uma série de eventos marcam a culminância da data celebrada em 20 de novembro. Cantos, danças, artesanatos, culinária, costumes e cultura afro-brasileira entram nas escolas pela “porta da frente”. Esse “entrar”, no entanto, nem sempre promove uma educação antirracista. A Figura 1 traz o *post* de uma aluna negra que se deparou na escola com esses cartazes de “comemoração” ao Dia da Consciência Negra, mostrando desenhos de mulheres negras em que os cabelos foram representados por palhas de aço. Exemplos como esses são reproduzidos cotidianamente e reforçam estereótipos negativos em relação à identidade negra.

Para pensar essa articulação entre a identidade negra e a educação, consideramos a reflexão de Gomes (2002, p. 39) ao dizer que:

A educação e a identidade negra estão imersas na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, e são incorporadas, ao mesmo tempo em que incorporam, à dinâmica do particular e do universal. Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, provas, testes e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar

identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.

Ao pensar nos passos que já demos e os que ainda estão por dar continuidade, a importância da lei nº 10.639/2003, sugere a adoção de uma política educacional voltada à valorização da história, da cultura e da identidade da população afrodescendente, à implementação de uma política curricular que apoie o combate ao racismo e à discriminação por meio da produção de conhecimentos, na formação de atitudes e nas posturas voltadas para valorização da população negra. Essa valorização do negro no ensino fundamental e médio deve abraçar estratégias pedagógicas de valorização da diversidade e superação da desigualdade étnico-racial, e o incentivo a práticas pedagógicas voltadas para um relacionamento étnico-racial positivo, combatendo assim o racismo e a discriminação.

Com a divulgação em tempo real, por meio de fotos e vídeos, está cada dia mais fácil ter publicado para um grande número de pessoas atitudes que são praticadas dentro ou fora da escola “sem nenhuma intenção de fazer o mal”, ou mesmo “sem pensar que seria interpretado dessa maneira”. Com o maior empoderamento dos negros sobre sua voz, viabilizada também pelas redes sociais, percebemos o movimento de pais, alunos e professores contra manifestações de racismo que acaba tendo maior visibilidade e, assim, o preconceito que se esconde nas entrelinhas de um discurso eugênico no qual estamos imersos e que é reforçado todos os dias nos comerciais de TV, no alisamento de cabelo como imagem de beleza, entre outras maneiras despercebidas a um olhar mais atento, é questionado e colocado em debate. De acordo com Marcelino (2015, p. 346):

É preciso que as diferenças sejam reconhecidas e respeitadas dentro da instituição escolar. Sendo assim, ao discutirmos relações raciais e gênero, podemos notar a força do discurso sobre a mulher negra em frases e comentários aparentemente inocentes, no entanto tão presentes no imaginário e nas práticas educativas dentro das escolas. Podemos citar, por exemplo, que, a estética da menina negra, seja por seu cabelo trançado, alisado ou crespo se torna alvo de práticas cruéis de meninas brancas e de meninos brancos e negros nas escolas.

Então, ver o negro e suas respectivas características torna a rejeição à identidade racial algo difícil para os(as) alunos(as) identificar(em) como positiva. Dessa forma, de acordo com

Munanga (2004), a identidade negra pode se constituir numa identidade frustrada e aderir ao ideal do branqueamento da nação, negando, assim, a sua condição.

O *post* seguinte revela a maneira como uma escola anuncia seu racismo, ao solicitar que as meninas sejam enviadas para o evento de natal com cabelos lisos e soltos, tentando deixar claro que assim a festa ficará mais bonita.



Figura 2 – *Post* sobre cabelo das alunas
Fonte: *Fanpage* da Novamérica^{viii}.

O cabelo é o elemento principal na construção da identidade da mulher negra. Em contraposição a esse processo de afirmação da identidade, os cabelos que se aproximam cada vez mais da negritude são envoltos em uma verdadeira “guerra capilar”. Idealizado diariamente através de propagandas publicitárias que exibem o padrão de cabelo ideal a ser adotado por todas as mulheres, o racismo sutilmente define o perfil da “boa aparência”. Ou seja: quanto mais longos e mais lisos os cabelos se apresentam, mais se destaca a ideia da feminilidade e beleza. Sobre esse debate da estética positiva e valorizada, Santos (2004, p. 60) diz que *a criança negra, a menina negra, vive constantes situações em que sua beleza é negada, desvalorizada e desumanizada*.

Os movimentos antes silenciados pela grande mídia, atualmente encontram nas redes sociais um lugar de divulgação de suas atividades e também um meio de propagação de suas lutas. Vale destacar também que algumas publicações que “viralizam” na internet passam a ser

notícia nos jornais impressos e noticiários de TV e o que se torna assunto na rede tem maior atenção da grande mídia. É assim que surgem também coletivos de pessoas com os mesmos interesses que denunciam, por exemplo, o crescente número de jovens negros mortos pela polícia no Brasil, que são considerados um dos *segmentos com histórico de desvantagem absoluta* (MIRANDA; MARCELINO, 2015, p. 130), ou afirmam seu lugar dentro de uma sociedade ainda excludente, desmascarando o “racismo nosso de cada dia”, como mostram os *posts* a seguir:



Figura 3 – Frases de jovens negros antes de morrer
Fonte: *Fanpage* da comunidade As Últimas Palavras de Jovens Negros^{ix}.

Eles são pretos ou quase pretos. Todos têm vários sonhos. São adolescentes ou jovens. Moram nas periferias ou nas favelas. Meninos iguais a tantos outros. Iguais, não! São pretos ou quase pretos e isso faz toda a diferença. Seus nomes se perdem para virar mais um nas estatísticas de jovens negros assassinados. Confundidos ou não como bandidos, “primeiro atira para depois saber quem é”. Esses meninos somam as estatísticas apresentadas no Mapa da Violência 2015: mortes matadas por armas de fogo (2015).

Os dados estatísticos divulgados neste mapa indicam que em 2012, 42.416 pessoas morreram vítimas dessas armas. A matemática desses números torna-se mais perversa quando fragmenta os sujeitos. Desse total citado, a maioria é formada por jovens, registrando 24.882 na idade entre 15 a 29 anos. Ao fazermos outro recorte, aqueles na faixa etária de 19 anos ocupam o *ranking* como os principais atingidos, seguido por uma pequena diferença daqueles na faixa etária de 20 anos. Outro dado revelador para a soma dessas estatísticas é o pertencimento racial – a “cor” das vítimas. O estudo ainda apresenta essa distinção ao mostrar que em 2012, 10.632 vítimas eram brancas e 28.946 eram negras, ou seja, morreram em média 142% mais negros que brancos por armas de fogo e na sua maioria pessoas do sexo masculino.

Schwarz (2007, p. 21) aguça nossos questionamentos ao dizer que *o mito da democracia racial, apesar de desconstruído, continua operante. Ao mesmo tempo em que convivemos, não com a realidade, mas com um ideal de democracia racial, um racismo brutal vigora entre nós*. Seguindo essa reflexão, o antropólogo Kabengele Munanga (2012) considera que o racismo brasileiro é “um crime perfeito” porque tende a colocar a própria vítima como culpada do racismo, inocentando quem o realiza.

O que estamos tentando mostrar aqui é como o racismo brasileiro dificulta a nossa compreensão nos levando, por vezes, a sua reprodução através de *memes* nas redes sociais virando piada, alimentando manutenção do imaginário social do negro associado à violência ou à “naturalização” do genocídio negro.

O efeito do racismo está em toda parte e com isso, reconhecemos que abordar o tema do racismo e conseqüentemente, a discriminação e os preconceitos que o acompanham, torna-se um tanto desafiador, uma vez que o discurso do senso comum ainda reproduz a sua “não existência”. Sendo assim, o que não existe, não requer atenção.

Tratar de questões étnico-raciais em sala de aula não pode, não é e nem tem que ser algo deprimente, se for feito da maneira correta. É claro que as situações de opressão contra o povo

negro é um assunto sério, triste e justamente por não ser tratado com a profundidade que merece pelas instâncias de socialização a que nossas crianças e jovens têm acesso, elas chegam à tela do computador ou da TV manchadas de sangue e de horror.

Palavras finais e uma proposição didático-pedagógica

Ao entender que o enfrentamento de atitudes preconceituosas deve ser realizado na escola e também nos meios midiáticos aos quais nossos alunos têm acesso, propomos atividades para promover essa discussão em sala de aula, sendo uma delas a pesquisa e compartilhamento de histórias de sucesso e de lutas por um mundo livre do racismo, por meio de *posts* nas redes sociais. Há grande compartilhamento no Facebook de materiais didáticos e filmes, pesquisas e matérias jornalísticas, além de leis e ações importantes, como os divulgados por vários grupos (Geledés, Quebrando o Tabu), comunidades (Racismo Mata, Racismo Não) ou figuras públicas (Nima Lino Gomes, Marielle Franco), por exemplo.

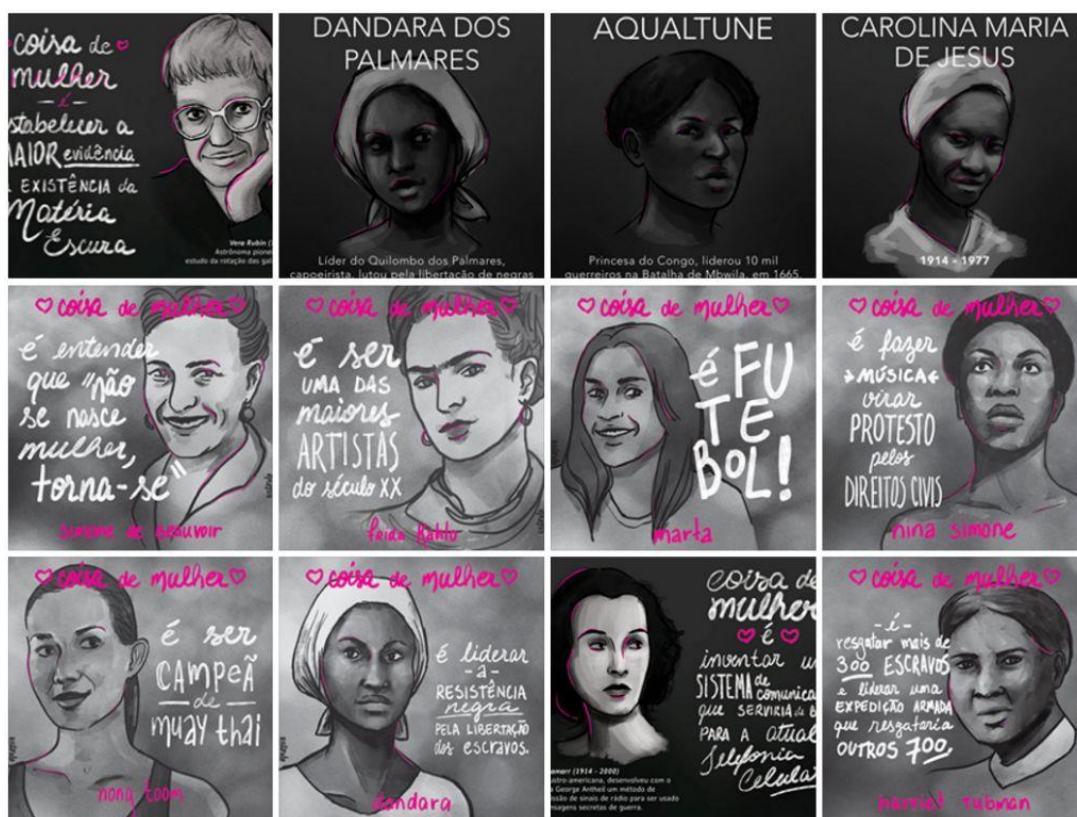


Figura 4 – Montagem com ilustrações da série Coisa de Mulher

Fonte: *Fanpage* do artista plástico rvitorelo¹¹.

Homenagear mulheres negras, reconhecer quem contribuiu para a história nas diversas áreas de atuação em nossa sociedade é uma maneira de mostrar aos nossos jovens o que foi silenciado desse povo que nos constitui, retirando o foco do negro como escravo. Convidamos, assim, o professor a discutir em suas aulas temas que estão não apenas nas redes sociais, mas nos noticiários de todos os dias, analisando como o negro ainda é vítima de um racismo muitas vezes velado, ou trazendo para o debate as diversas lutas legítimas desse povo pelo qual somos constituídos.

Como proposta de atividade para sala de aula, o professor pode criar um *blog* ou um grupo no Facebook e pedir aos alunos que incluam *posts* sobre questões étnico-raciais. A partir dessas postagens, os alunos podem comentar, curtir ou compartilhar e também abrir novas discussões dentro desse ambiente sobre o tema. Estar em contato com os alunos na própria rede é outra relação que pode atrair os alunos para o debate e ainda mostrar ao professor de que maneira eles se comportam naquele ambiente virtual. Assim, o professor terá oportunidade de trabalhar o letramento digital com seus alunos, observando a relação ingênua ou não com as mídias e promovendo não só a criticidade, mas a autoria deles dentro da rede.

Outra atividade é solicitar à turma que analise entre seus amigos do Facebook, quantos comentam, questionam e compartilham temas caros a uma educação intercultural. O levantamento feito por eles pode ser importante para uma discussão sobre como as redes sociais podem controlar nossos acessos e a limitação desse espaço para uma discussão além daquilo que sempre compartilhamos e curtimos. Uma terceira atividade seria a busca de *posts* para um levantamento de coletivos, comunidades e figuras públicas que divulgam determinadas causas. Por meio dessa pesquisa, os alunos tomarão conhecimento de alguns movimentos e grupos que levam adiante lutas pelos negros, mulheres, entre outras e, assim, poderão espontaneamente passar a curtir e seguir aqueles com os quais se reconhecem.

Por fim, é relevante que após muitas pesquisas e análises o professor proponha a produção por parte dos alunos de algum tipo de *post*, seja um *gif*, *meme*, *hashtag*, texto, vídeo ou fotos no Instagram para discussões importantes levantadas pela turma. Após debates sobre diferenças de gênero, étnico-raciais, religiosas, enfim, diferenças culturais, os alunos passarão a questionar algumas situações vividas dentro ou fora da escola, inclusive nas redes. Passar de receptor a autor de suas próprias reivindicações ou debates dentro da rede pode ser um salto

não apenas no desenvolvimento do letramento digital dos alunos, mas na consciência cidadã de todos.

Nota

Dedicamos este artigo à memória do Prof. Dr. Marcelo Andrade, que muito influenciou o pensamento sobre diferença, tolerância e multiculturalismo de todas as autoras deste texto, quando suas alunas nas disciplinas de Didática ou Multiculturalismo no âmbito da graduação, pós-graduação ou no grupo de pesquisa coordenado por ele na PUC-Rio. Aprendemos não apenas a escrita e domínio desses conceitos, mas a prática cotidiana deles dentro e fora da escola. Marcelo Andrade, presente. Presente!

Referências

ABRAMOWICZ, Anete et al. A diferença e a diversidade na escola. *Revista Contemporânea*. Dossiê Relações Raciais e Ação Afirmativa, n. 2, jul-dez. 2011.

ANDRADE, Marcelo. Tolerância, diferença e mínimos éticos: desafios para a prática pedagógica em contextos multiculturais. In: _____ (Org.). *A diferença que desafia a escola: a prática pedagógica intercultural*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. p. 178-192.

ANDRADE, Marcelo. Violência, tolerância e diferença. *Revista Novamerica*, Rio de Janeiro, n. 119, p. 66-71, set. 2008.

ANDRADE, Marcelo; PISCHETOLA, Magda. O discurso de ódio nas mídias sociais: a diferença como letramento midiático e informacional na aprendizagem. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.14, n.04, p. 1377– 1394 out./dez.2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br//index.php/curriculum/article/view/30015>>. Acesso em 18 mai. 2017.

AUGRAS, Monique. Tolerância: os paradoxos. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). *O diálogo inter-religioso como afirmação da vida*. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 77-91.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas. In: _____ (Org.). *Diferenças culturais e educação: construindo caminhos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 13-34.

CANDAU, Vera Maria. Escola, didática e interculturalidade: desafios atuais. In: _____ (Org.). *Didática crítica intercultural: aproximações*. Petrópolis: Vozes, 2015. v. 1. p. 107-138.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

- COGO, Denise e MACHADO, Sátira. Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 33., Caxias do Sul-RS, 2010. *Anais eletrônicos...* Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1650-1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- COUTO JUNIOR, Dilton R. *Cibercultura, juventude e alteridade: aprendendo-ensinando com o outro no Facebook*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16-35, ago. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000200003>>. Acesso em: 8 nov. 2015.
- GARCÊZ, Regiane Lucas. A representação política dos oprimidos nas redes sociais online: quem fala em nome de quem e com qual legitimidade? *Contemporanea: Comunicação e Cultura*, v. 11, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6470>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- GOMES, Nilma. Educação e identidade negra. *Revista Aletria: alteridades em questão*. Belo Horizonte, v. 6, n. 9, p. 38-47, dez. 2002.
- GOMES, Nilma. *Mulher negra que vi de perto: o processo da construção da identidade racial de professoras negras*. Belo Horizonte: Mazza, 1995.
- GRÜNWARD. *Declaration on Media Education*. Federal Republic of Germany, 22 January 1982.
- MARCELINO, Sandra. Entre jovens educadoras negras e suas formas de ativismo: por outra práxis emancipatória. *Revista Interinstitucional artes de educar*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.339-348, jun./set. 2015.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MELO, Keite S. de. Tecnologias, letramento digital e educação intercultural: diálogo possível e necessário na atualidade. *Artefactum: Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia*, ano VII, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/978/578>>. Acesso em: 6 jul. 2017.
- MIRANDA, Cláudia; MARCELINO, Sandra. Educação antirracista e decolonial: romper o silenciamento como professora, mulher e negra. In: ANDRADE, Marcelo (Org.). *Diferenças silenciadas: pesquisas em educação, preconceitos e discriminações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. O mundo “divertido”: o fetiche da internet e a mobilização política nas redes sociais. *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/REDESG/article/view/7310/pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, Kabenguele. Nosso racismo é um crime perfeito. *Revista Forum*, 9 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

PESCE, Lucila M.; BRUNO, Adriana R. Educação e inclusão digital: consistências e fragilidades no empoderamento dos grupos sociais. *Educação*, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 349-357, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21779>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

PRETTO, Nelson de Luca; RICCIO, Nícia Cristina Rocha. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais. *Educar*, Curitiba, n. 37, p. 153-169, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n37/a10n37>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

REIS, Hiliana. Globalização, comunicação intercultural e mediações tecnológicas. *Comunicação e Informação*, v. 7, n. 2, p. 254-263, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://revistas.ufg.emnuvens.com.br/ci/article/download/24451/14111>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

SANTOS, Gislene aparecida dos. *Mulher negra, homem branco: um breve estudo do feminino negro*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2004.

SCHWARZC, Lilia M. Raça sempre deu o que falar. In: FERNADES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007. p. 11-24.

SILVA, Andréa V. M. da; MELO, Keite S. de. #OCUPAISERJ: estratégias comunicacionais do movimento de ocupação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. *ETD- Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647817>>. Acesso em: 6 jul. 2017.

SOARES, Conceição; SANTOS, Edméa. Artefatos tecnoculturais nos processos pedagógicos: usos e implicações para os currículos. In: ALVES, Nilda; LIBÂNEO, José Carlos. *Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Editora Cortez, 2012. p. 308-330.

VIVANCO, Georgina. Educación y tecnologías de la información y la comunicación: ¿es posible valorar la diversidad en el marco de la tendencia homogeneizadora? *Revista*

Brasileira de Educação, v. 20, n. 61, abr./jun. 2015. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206102>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo*. Rio de Janeiro: FLACSO/CEBELA, 2015. Disponível em:
<<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera (Org.) *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 12-43.

ⁱ Artigo concebido durante a disciplina Multiculturalismo e Educação, ministrada pela professora Vera Maria Candau, no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, em 2015.2.

ⁱⁱ Doutoranda em Educação na PUC-Rio, na linha de Linguagens, Mídias e Educação. Bolsista Capes ProEx.

ⁱⁱⁱ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas (Educação) pela PUC-Rio (ingresso em 2015) e Bolsista CNPq. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores/as, Currículo (s), Interculturalidade e Pedagogias Decoloniais - Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores/as, Currículo (s), Interculturalidade e Pedagogias Decoloniais (GFPPD). Integrante do GECEC - PUC-Rio (Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Culturas). Integrante da Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras.

^{iv} Doutoranda no Programa de Educação da PUC-Rio. Bolsista - Aluna Nota 10 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

^v Doutoranda em Educação pela PUC-Rio. Atualmente leciona no curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) é Professora da SME-Duque de Caxias e orientadora de TFC no curso de especialização PIGEAD (Lante/UFF).

^{vi} A expressão “subalterno/subalternizados” começou a ser utilizada nos anos 1970, na Índia como referência às pessoas colonizadas do subcontinente sul-asiático, e possibilitou um novo enfoque na história dos locais dominados, até então, vistos apenas do ponto de vista dos colonizadores e seu poder hegemônico.

^{vii} Todos os *posts* de grupos, coletivos ou de empresas que estavam públicos na rede foram colocados aqui sem apagamento de seus nomes, pois achamos relevante a divulgação para um levantamento de fontes que discutem os temas tratados. Porém, as postagens de pessoas comuns, inclusive em comentários a *posts* aqui utilizados, tiveram a imagem e nome apagados para resguardar a identidade dos sujeitos.

^{viii} Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=176752736007499&set=pb.100010183218420.-2207520000.1459310037.&type=3&theater>. Acesso em: 13 fev. 2016.

^{ix} Disponível em: <https://www.facebook.com/As-%C3%9Altimas-Palavras-De-Jovens-Negros-566033026892161/?pnref=story>. Acesso em: 13 fev. 2016.